



SEE-AC

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DO ACRE

Assistente Educacional

EDITAL Nº 001 SEAD/SEE, DE 23 DE MARÇO
DE 2023

CÓD: SL-030AB-23
7908433234517

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Tipologia textual.	8
3. Ortografia oficial.	9
4. Acentuação gráfica.....	9
5. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.	11
6. Emprego do sinal indicativo de crase.....	18
7. Sintaxe da oração e do período.	19
8. Emprego dos sinais de Pontuação	22
9. Concordância nominal e verbal	24
10. Regência nominal e verbal.....	25
11. Significação das palavras. Semântica.	28
12. Redação de correspondências oficiais.	28
13. Reescritura de frase	36
14. Função social da linguagem	37
15. Relação entre a linguagem verbal e as outras linguagens.	38
16. Variação linguística.	40
17. Mecanismos de organização textual: coesão e coerência.	41
18. Figuras de linguagem	42

História e Geografia do Acre

1. História, Historiografia e Realidade Étnica e Social do Acre: A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos “paulistas” nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas.....	57
2. Política e Economia do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto, Evolução das Ocupações e do Emprego, População	60
3. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre	66
4. Geografia do Acre: Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre.....	68
5. Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre	76
6. Modos de vida no campo e na cidade.....	78

Conhecimentos Específicos Assistente Educacional

1. Educação para cidadania, uma questão de direitos humanos.....	83
2. Paradigmas e Conceitos históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva	83

ÍNDICE

3. Educação Especial no Brasil	84
4. Processos educativos na escola de educação inclusiva: experiências em âmbito escolar e não escolar.....	85
5. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva e os projetos políticos pedagógicos	85
6. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal	85
7. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa	86
8. Reabilitação e desenvolvimento de habilidades que favoreçam a independência do aluno/indivíduo em situação de deficiência.....	87
9. Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000).....	87

Material Digital: Legislação

1. Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	01
2. Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	40
3. Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação.....	56
4. Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana	72
5. Lei Federal nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	82
6. Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial	99
7. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	101
8. Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre.....	108
9. Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.....	115

TIPOLOGIA TEXTUAL.

Definição Geral: as tipologia textuais classificam os textos de acordo com seus aspectos linguísticos, em termos de estruturação e apresentação. Também podem ser denominados tipos textuais, modo textual ou ainda de organização do discurso, essas categorizações consistem em formas distintas sob as quais um texto pode ser apresentado, com fins de responder a diferentes propósitos comunicativos.

Crítérios utilizados pela tipologia textual: elementos sintáticos, objetivo da comunicação, vocabulário, estrutura, construções frásicas, linguagem, emprego dos tempos verbais, modo de interação com o leitor, conexões lógicas, entre outros.

Objetivos comunicativos: os elementos que compõem um texto diversificam-se conforme a finalidade do texto, que pode ser narrar, argumentar, informar, descrever e etc.

Os tipos de texto: de acordo com as tipologias textuais, um texto pode ser narrativo, descritivo, dissertativo (argumentativo e expositivo) ou explicativo (prescritivo e injuntivo).

Tipologia textual x gênero textual: são dois modos de classificação de um texto que se baseiam em critérios distintos. Enquanto o gênero textual se dedica aos aspectos formais (modelo de apresentação do texto e função social), as tipologias textuais têm seu foco na estrutura linguística de um texto, na organização do discurso e suas características morfossintáticas.

— Texto dialogal

Essa tipologia apresenta um diálogo entre, pelo menos, dois locutores. O que difere essa classe da narração é o fato de que, no texto dialogal, o narrador não é obrigatório e, nos casos em que ele se apresenta, sua função se limita a introduzir o diálogo; este, por sua vez, se dará na primeira pessoa. Os principais gêneros textuais que se enquadram nessa tipologia são: peças de teatro, debates, entrevistas, conversas em aplicativos eletrônicos.

As principais características do texto dialogal:

- Predomínio dos verbos na primeira pessoa do singular;
- Discurso direto: emprego de verbos elocutivos e dos sinais dois-pontos, aspas ou travessões para, respectivamente, indicar o princípio de uma fala ou para marcá-las;
- Traços na linguagem oral.

— Texto explicativo

A finalidade básica dessa tipologia é instruir o leitor em relação a um procedimento específico. Para isso, o texto expõe informações que prepara o leitor para agir conforme uma determinada conduta. Essa tipologia se divide dois subtipos:

- Texto explicativo prescritivo: exige que o leitor se conduza de um modo determinado. Ex.: editais de concursos, leis e cláusulas contratuais.
- Texto explicativo injuntivo: permite que o leitor proceda com certa autonomia. Ex.: manuais de instruções, receitas culinárias e bulas.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

Por mais de cem anos essa sociedade teve como base a exploração da borracha, castanha, pesca, madeira, agricultura e pecuária em pequena escala. Se, por um lado, essa tradição contribuiu para a manutenção quase inalterada dos recursos naturais, gerou graves desigualdades sociais pela ausência de políticas de infraestrutura social e produtiva para a maioria da população.

Impacto sobre as sociedades indígenas

Como parte do mesmo processo desencadeado pela demanda da borracha, caucheiros peruanos vindos do Sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Dóis e ocupar as terras acreanas pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos sem ter para onde fugir ou como resistir à enorme pressão que vinha do capital internacional, que dependia da borracha amazônica. Para os índios inaugurou-se um novo tempo: de senhores das terras da Amazônia Sul-ocidental passaram a ser vistos como entrave à exploração da borracha e do caucho na região.

Desde o estabelecimento da empresa extrativista da borracha até a década de 1980, os índios do Acre passaram por uma longa fase de degradação de sua cultura tradicional, que inclui expropriação da mão de obra, descaracterização da cultura e desestruturação da organização social. O encontro entre culturas indígenas e não-indígenas foi marcado pelo confronto, que se expressou de forma cruel e excludente. Entre os anos de 1880 e 1910, o intenso ritmo da exploração da borracha resultou no extermínio de inúmeros grupos indígenas. Além disso, o estabelecimento da empresa extrativista da borracha alterou a forma de organização social dos índios. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer.

A escassez da mão de obra levou ao emprego crescente das comunidades indígenas remanescentes nos seringais. Os comerciantes sírio-libaneses substituíram as casas aviadoras de Belém e Manaus na função de abastecer os barracões e manter ativos os seringais, e a população foi se estabelecendo na beira dos rios, dando origem a um segmento social tradicional do Estado, os ribeirinhos.

Ribeirinhos

No curso dos anos de exploração da borracha e mesmo entre as crises, às margens dos rios do Acre estabeleceram-se os ribeirinhos, que constituíram comunidades organizadas a partir de unidades produtivas familiares que utilizam os rios como principal meio de transporte, de produção e de relações sociais.

O ribeirinho, em sua maioria, é oriundo do Nordeste ou descendente de pessoas daquela região. Destacamos que, com as agudas crises da borracha, muitos desses homens e suas famílias se fixaram nas margens dos rios, constituindo um tipo de população tradicional com estilo próprio na qual o rio tornou-se um dos elementos centrais de sua identidade.

Os produtores ribeirinhos desenvolvem uma economia de subsistência bastante diversificada, ao mesmo tempo adaptada e condicionada pelo meio ambiente, sem agredi-lo com práticas como queima e desmatamento da floresta. Por isso, sempre estiveram junto com os seringueiros na organização e defesa dos direitos de ocupação das áreas onde viviam.

Autonomia acreana

Apesar de o Tratado de Petrópolis ter reconhecido o território acreano como brasileiro, a incorporação ocorreu na forma de território e não como um Estado independente. Isso desagradou o povo acreano, em razão de sua dependência do poder executivo federal, pois significava que o Acre não tinha direito a uma Constituição própria, não podia arrecadar impostos, dependia dos repasses orçamentários do governo federal e sua população não poderia votar nas funções executivas ou legislativas.

Além disso, os administradores nomeados pelo governo federal não tinham nenhum compromisso com a sociedade acreana, situação agravada pela distância e isolamento das cidades e ineficiência dos serviços públicos.

A autonomia política do Acre tornava-se, então, a nova bandeira de luta. Começaram a ser fundados clubes políticos e organizações de proprietários e/ou de trabalhadores em diversas cidades como Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Em poucos anos a situação social acreana se agravava em muito devido à redução no preço da borracha, que passou a ser produzida no sudeste asiático. A radicalização dos conflitos logo produziria efeitos mais graves: o assassinato de Plácido de Castro, em 1908, um dos líderes da oposição ao governo federal, e em 1910, registrou-se a primeira revolta autonomista em Cruzeiro do Sul, sendo seguida por Sena Madureira, em 1912, e em Rio Branco, em 1918, todas sufocadas à força pelo governo brasileiro.

A sociedade acreana viveu então um dos períodos mais difíceis da sua história. Os anos 20 foram marcados pela decadência econômica provocada pela queda dos preços internacionais da borracha. Os seringais faliram. Toda a riqueza acumulada havia sido drenada, ficando o Acre isolado. A população local buscou novas formas de organização social e de encontrar novos produtos que pudessem substituir a borracha no comércio internacional. Os seringais se transformaram em unidades produtivas mais diversificadas. Tiveram início a prática de agricultura de subsistência que diminuía a dependência de produtos importados, a intensificação da colheita e exportação da castanha e o crescimento do comércio de madeira e de peles de animais silvestres da fauna amazônica. Começavam assim, impulsionadas pela necessidade, as primeiras experiências de manejo dos recursos florestais acreanos. A situação de tutela política sobre a sociedade acreana, entretanto, mantinha-se inalterada. Nem mesmo o novo período de prosperidade da borracha, provocado pela Segunda Guerra Mundial, foi capaz de modificar esse quadro. Durante três anos (1942-1945), a “Batalha da Borracha” trouxe mais famílias nordestinas para o Acre, repovoando e enriquecendo novamente os seringais. Essa melhoria do contexto econômico fez com que os anseios autonomistas ganhassem nova força e, em 1962, depois de uma longa batalha legislativa, o Acre ganhou o status de Estado e o povo passou a exercer plenamente sua cidadania.

Sulistas no Acre

Os anos 70 e 80 desenharam outro contexto para o Acre com a vinda dos chamados “paulistas”. Essa identidade foi atribuída de forma genérica a grandes empresários sulistas e migrantes rurais que vieram para o Acre com objetivo de especular com a compra de grandes seringais. É importante salientar que, apesar de número razoável de pessoas oriundas das regiões Sul e Sudeste para os Projetos de Colonização, houve um grande número de pessoas residentes em áreas de florestas ou rurais dirigidas para os Projetos de Assentamento. Nesse sentido, os assentamentos serviam para atenuar pressões do Sul e Sudeste, mas principalmente das existentes no Acre, pela qual muitas pessoas foram mortas e expulsas de suas terras.

vos estabelecidos, pediam o direito a frequentar a escola comum e eram segregados em instituições especializadas. Faltava infraestrutura, tanto física como pedagógica e a formação dos professores não contemplava o trabalho com crianças com necessidades especiais. A preocupação com a democratização do ensino era nenhuma.

A partir de 1975, ações políticas de âmbito internacional. Intensificaram as discussões sobre igualdades e direitos. A UNESCO promoveu a universalização da educação com qualidade, combatendo o analfabetismo e a falta de acesso a educação. Foram estabelecidas diretrizes voltadas às pessoas com deficiência que passaram a influenciar as políticas nacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional de 1996 (LDB) trouxe alguns avanços como o princípio da igualdade de direitos; a obrigatoriedade de mudanças estruturais e de mudanças atitudinais. Inicia-se assim, o debate no Brasil sobre **inclusão**.

Diferenças entre integração e inclusão

Integração

A integração baseia-se na percepção de que o problema está centrado no aluno. Dessa forma, o aluno portador de deficiência passa a ter o direito de frequentar uma escola comum, porém, é ele quem tem que alcançar os objetivos de normalização que visam com que ele acompanhe o ritmo da turma.

Nesse processo, não há pressuposição de qualquer tipo de mudança ou adaptação, seja na estrutura escolar ou na metodologia de ensino e está organizada em níveis, fazendo com que muitos alunos especiais retornem a níveis mais segregados.

Inclusão

A inclusão contempla muito mais do que o direito do aluno especial frequentar uma escola comum, mas prevê a reestruturação do sistema educacional, com adaptações estruturais do ambiente escolar, a reformulação curricular, nas formas de avaliação, na formação e especialização dos professores e da própria política educacional, levando a intensificação no atendimento comum da escola regular.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Introdução

Na Constituição Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Para assegurar que seja cumprida, são criadas leis que garantam a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. Tais leis orientam os sistemas de ensino e garantem o acesso desta população ao ensino regular com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Desigualdade e diversidade

Crianças abandonadas nas ruas, restrita cobertura escolar e, conseqüentemente, um grande número de analfabetos são alguns dos desafios que o Brasil ainda não conseguiu superar.

A desigualdade social é oriunda do fim da escravidão, quando um grande contingente de famílias foi morar nos grandes centros sem emprego e iletrados, com condições totalmente inadequadas

de sobrevivência. Marginalizados pela elite europeizada, começou-se a se confundir no país pobreza e delinquência. Dentro dessa massa marginal, estavam também, os portadores de deficiência.

A partir da década de 30, foram instituídas leis que separavam as crianças em instituições por suas características. Os delinquentes, os normais e os anormais.

Número de matriculados e anos de escolaridade

Durante os governos que se sucederam, a preocupação comum sempre foi o número de alunos matriculados e o tempo escolaridade. Apesar de todos os esforços, só atingimos números próximos da universalização escolar na década de 90, incluindo a população de portadores de deficiências.

Inclusão no Brasil

O acesso das crianças com deficiência a escola passou por muitas fases, sendo em um primeiro momento, delegadas a instituições especializadas no atendimento desse público, muitas vezes com viés assistencialista.

Mais tarde, crianças com deficiência começaram a ser aceitas em instituições de ensino regulares e a política vigente para elas era a integração que consistia em avaliar se o aluno especial conseguia ou não acompanhar a turma regular, sem nenhum tipo de apoio diferenciado, fosse ele estrutural, pedagógico ou um professor com formação específica. Aqueles que conseguiam acompanhar, continuavam na escola comum. Aqueles que não, eram encaminhados para "instituições especiais" ou seja, segregados.

Então surgiram as turmas especiais dentro das escolas regulares que abrigavam os alunos com deficiência, ampliando a segregação.

Políticas de inclusão só passaram a ser adotadas a partir do início do século XXI, prevendo formação dos professores, adaptação do sistema de ensino e dos formatos de avaliação, além de adaptações estruturais da escola, para que os alunos com deficiência pudessem frequentar as salas regulares como todos os demais.

Panorama atual

Os Institutos Rodrigo Mendes e Unibanco com o apoio da Organização Todos pela Educação, do Centro Lemann de Sobral e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) lançaram o Painel de Indicadores da Educação Especial. Os dados de 2019, 2020 e 2021 mostram que há um longo caminho a percorrer para que o Brasil consiga levar a inclusão de fato a todas as crianças portadoras de deficiência.

Painel de Indicadores da Educação Especial

Indicadores	Média (19, 20 e 21)
Distorção série-idade	41% fora da série indicada
Professores: formação	5% sem formação específica*
Escolas	29% sem adaptações